



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0120/11	DATA: 17/03/2011
INÍCIO: 09h18min	TÉRMINO: 11h10min	DURAÇÃO: 01h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h51min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração do roteiro dos trabalhos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental para abertura da presente sessão, declaro-a iniciada, comunicando desde logo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que ainda não há número regimental para deliberação.

A Presidência tem duas sugestões a fazer. Ou suspendemos a sessão por 15 minutos, tempo razoável para que alcancemos *quorum* para deliberação — é o objetivo desta sessão: a deliberação sobre alguns requerimentos —, ou, uma vez que alguns dos senhores desejam fazer uso da palavra, e para isso não há necessidade de *quorum* para deliberação, abrimos a palavra por 15 a 20 minutos, até para que as Lideranças possam convocar os Srs. e as Sras. Parlamentares a se fazerem presentes a esta sessão.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, quero tentar contribuir para o encaminhamento que V.Exa. apresenta. Está claro que não há *quorum* para deliberarmos sobre requerimentos, mas podemos discutir e até encaminhar um roteiro de funcionamento desta Comissão. Essa é uma atribuição de V.Exa., que naturalmente consulta o Plenário da Comissão sobre deliberação.

Nós ontem trocamos opinião sobre esse roteiro com as bancadas, e, mesmo não havendo *quorum*, podemos tratar disso. Aliás, minha questão de ordem, que manifesto neste tempo que antecede o alcance de *quorum* para deliberarmos, deve-se ao fato de que nós já notamos que V.Exa. e o Relator elencaram pontos que vão fazer parte do debate, uns 15, 16, 20 temas e subtemas. Parece-me que seria útil se nós coletivizássemos isso, se imprimíssemos os temas sugeridos, e já anotados, não como deliberação de que os temas serão esses — ainda não fizemos essa deliberação na Comissão —, mas para que os Parlamentares possam levar a informação às suas bancadas, refletir sobre cada um deles.

Esta é a minha sugestão, Sr. Presidente: que nós imprimamos a relação de temas anotados, para distribuí-la ao conjunto dos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu acato a sugestão de V.Exa. e já tomarei providências nesse sentido. Logo a seguir, farei a comunicação também ao Plenário sobre a reunião de representantes de partidos que mantivemos



ontem, já com um consenso; em seguida, assim que for atingido o *quorum*, tomaremos as deliberações.

Com a palavra o nobre Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho muito oportuno, já que a grande reflexão que nós fizemos na última reunião foi a respeito da necessidade de termos uma sistemática, uma metodologia de trabalho, que nos fossem dados todos os informes da equipe que trabalhou — quem trabalhou e as propostas apresentadas —, e que nós pudéssemos até iniciar as discussões e sugestões. De forma que poderia haver o entendimento político de que, esgotadas essas discussões, esse ponto ficaria aguardando *quorum* para a votação, porque aí sim nós ganharíamos tempo. Até porque, Presidente, é importante garantirmos uma certa relação com o Senado, porque o Senado deu o prazo de 45 dias, e quanto mais nós demorarmos no nosso prazo, que já é mais extenso e eu acho mais democrático, melhor para que possamos ter essa consonância na linha de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero, de forma pontuada, prestar o seguinte esclarecimento: mantivemos ontem, no Senado — o Presidente Marco Maia, o Deputado Ricardo Berzoini, eu pessoalmente e o Deputado Edinho Araújo — uma reunião com o Presidente José Sarney e com o Presidente da Comissão da Reforma Política, exatamente dentro daquela sugestão que havia sido feita na sessão anterior: estabelecermos o diálogo e procurarmos inclusive conhecimento daquilo que cada uma das Casa, por meio das Comissões, estamos fazendo.

No entanto, é preciso que se faça uma observação: o Senado é uma Casa com 81 Parlamentares, a Câmara tem 513; o Senado tem uma Comissão com 11 membros, nós temos uma Comissão com 40 membros; lá é uma Casa que representa os Estados, esta é uma Casa que representa o povo, com suas características próprias, específicas. É evidente que nós estamos tomando, com todos os senhores e senhoras, as providências necessárias de encaminhamento para que haja celeridade em nossos trabalhos, mas sem atropelamentos, sem prejuízos. Portanto, estamos atentos a esses aspectos.



Parlamentares ontem nos disseram que, no Senado, a Comissão havia tomado já duas decisões. Em uma delas, sobre a suplência de Senador, houve a deliberação de eliminar o segundo suplente, permanecendo apenas o primeiro; a outra foi sobre calendário. Isso não me impressiona, porque se trata de um tema não complexo. Portanto, não devemos nos precipitar em prejuízo do trabalho que nós temos que realizar.

Ontem nós tomamos uma decisão, num consenso entre os representantes dos partidos, no sentido de que preordenemos três temas iniciais para os debates às terças-feiras nesta Comissão. O primeiro tema será o sistema eleitoral. Na próxima terça-feira nós abriremos a sessão para que Parlamentares, previamente inscritos, formando grupos defensores de determinada tese no sistema eleitoral, possam, a critério do grupo, numa combinação entre o grupo, resolver quantos devem falar e como devem sustentar as suas teses.

Então teremos, na terça-feira, a apresentação, pelos respectivos defensores das teses que norteiam o sistema eleitoral, do voto distrital; do voto distrital misto; do voto proporcional, que é o sistema atual; do voto em lista preordenada ou fechada, ou algum modelo alternativo que possam sugerir; do voto majoritário dentro da circunscrição, que alguns chamam de distritão. Cada grupo terá o tempo de 25 minutos para a sua explanação.

Essa foi uma sistemática decidida ontem, depois de um longo debate. Os grupos irão fazer a apresentação para que todos tenham tempo de tomar conhecimento dos seus argumentos, das suas bondades, dos seus benefícios e malefícios, e possam levá-los aos seus partidos, às suas bancadas. E, na semana seguinte, nós abriremos a sessão para o debate, uma a uma dessas propostas que estão no bojo do tema sistema eleitoral a ser adotado.

Esgotada essa discussão, às terças-feiras, entre os Deputados, nós teremos como segundo tema o financiamento de campanha; e como terceiro tema o processo eleitoral, o processo de campanha eleitoral, de propaganda eleitoral nas campanhas eleitorais.

Os demais temas estão postos — já foram lidos, objetos da sugestão de todos. Mas serão preordenados posteriormente, exatamente para proporcionar flexibilidade e para que se aproveite a circunstância do próprio processo de



discussão. Aí, nós iremos eleger, de forma democrática, qual deverá ser o quarto tema, o quinto, e assim sucessivamente.

Portanto, era essa a explicação que eu gostaria de passar ao Plenário, resultante de um consenso da reunião de ontem à tarde que mantivemos com os representantes partidários.

Paralelamente, tínhamos decidido, ontem, pautar para a sessão de hoje a deliberação de requerimentos, convidando personalidades para o debate nesta Comissão, em audiência pública, às quintas-feiras, neste horário. Tomei a liberdade de pautar alguns requerimentos, não todos, adotando a sistemática de que não devemos deliberar sobre vários requerimentos de convites, para que não haja acúmulo e dificuldades no agendamento. Entendo que nós devemos ir deliberando, aos poucos, de acordo com as circunstâncias do debate. Vamos pautando os assuntos aos pouco.

A Deputada Luiza Erundina, a quem eu quero me dirigir de forma direta neste momento, formulou, salvo engano, quatro requerimentos. E S.Exa. usou do direito de em um mesmo requerimento arrolar mais de um convidado. É evidente que eu posso colocar — e devo colocar — em deliberação o requerimento com os nomes por ela sugeridos. Mas gostaria de fazer um apelo, usando uma alternativa regimental, se este for o entendimento e a concordância, no sentido de estabelecer uma extrapauta apenas para pinçar em um requerimento quatro nomes, que não são daqueles quatro requerimentos, que entendia e entendo que devam ser convidados para a sessão da próxima semana. Então, quatro nomes: o representante da OAB, o representante da CNBB, o ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Walter Costa Porto, e o Juiz de Direito, membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Marlon Jacinto Reis. É evidente que os quatro requerimentos formulados pela Deputada Luiza Erundina apresentam outros nomes. Eu poderei colocar à deliberação os quatro requerimentos, com todos os nomes. Mas de antemão, eu devo esclarecer que, por uma questão de ordenamento dos trabalhos, para que eles sigam *pari passu*, apenas esses quatro deveriam ser agendados, de forma imediata. De acordo com o Regimento, quando aprovarmos um nome e o outro não, aquele requerimento que não foi submetido à deliberação, contendo o outro nome, se assim puder ser aceito, aquele requerimento quanto aquele nome



cai. Qual é a minha sugestão? É exatamente no sentido — e trouxemos por escrito, claro, para o caso de haver o acatamento da sugestão — de aprovarmos um requerimento extrapauta da própria Deputada Luiza Erundina. Incluídos esses quatro nomes, nós aprovaríamos o requerimento extrapauta e considerarmos inicialmente prejudicados os requerimentos anteriores.

Ou seja, a Presidência se dispõe a proceder como V.Exa. desejar, claro, explicando que poderemos deliberar sobre todos, mas colocarei na agenda esses quatro nomes a que me referi: CNBB, OAB, o ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e o juiz que integra uma entidade de combate à corrupção eleitoral.

Gostaria de ouvir V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu entendo as razões que V.Exa. expõe aqui, no sentido de racionalizar, de agilizar, mas primeiro eu queria uma informação. Se aprovarmos esse requerimento com esses quatro nomes, isso excluiria os demais nomes ou os deixaria para uma outra oportunidade? Eu deixaria livre para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não exclui.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Não excluiria. Se analisarmos com mais acuidade, vamos perceber que — não é porque eu queria apresentar quatro — há um perfil daqueles que constam dos quatro requerimentos, o que coloca a possibilidade de uma abrangência de representação da sociedade neste debate, até seguindo a orientação que V.Exa. deu desde o primeiro momento e a preocupação legítima, adequada, de levar à sociedade e trazer a sociedade para esse debate. Eu não designaria tal personalidade para discutir tal ou qual tema. Eu deixaria a critério da Presidência dos trabalhos a distribuição desses nomes em diferentes audiências públicas, de tal forma que tenhamos a oportunidade de ouvir essas pessoas. Essas pessoas têm um espectro de experiência, de representatividade e de contribuição a oferecer.

Sr. Presidente, eu gostaria que a maioria do Plenário entendesse as razões pelas quais indicamos aqueles nomes. Eu entendo que eles representariam maior abrangência da sociedade civil, que viria trazer a sua visão, a sua contribuição a este debate.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Luiza Erundina, eu agradeço a V.Exa. pela compreensão. O que esta Presidência desejava, e foi cumprido, é o esclarecimento de que nós iremos deliberar sobre os requerimentos, com todos aqueles nomes, deixando, evidentemente, reservada essa atribuição para a Presidência de escolher o momento oportuno para o agendamento.

Eu gostaria de dar essa explicação a fim de que não se imagine que, embora deliberados e aprovados, eles não foram agendados naquele momento. Iremos ver as circunstâncias de forma coletiva, como estamos procedendo aqui com todos os senhores e as senhoras, exatamente com esse objetivo.

Portanto, retiradas as alternativas, nós vamos deliberar, como está na pauta, exatamente os três requerimentos *in totum*, como foram apresentados por V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Primeiro, eu concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, em seguida ao Deputado Miro Teixeira, por último ao Deputado Alfredo Sirkis e a V.Exa, que pede a palavra agora, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Congresso Nacional está empreendendo o esforço — diga-se de passagem, não é a primeira vez — de atacar a questão da reforma política. Estamos fazendo isso, tanto o Senado quanto a Câmara, não por modismo, não pela reforma pela reforma, mas porque há um consenso no País de que vivemos o pior dos mundos. O nosso sistema tem características que são nocivas ao avanço da democracia. Há um ambiente favorável, neste primeiro semestre, para a aprovação da reforma política, mas estamos diante de um tema polêmico e complexo, e não há saída simples para problemas complexos. Trata-se de um tema que move com muitos interesses, que tem muitos vetores, muitas dimensões, interfaces. Nós estamos vivendo um ambiente favorável, trata-se de uma necessidade nacional para a democracia, mas também pressionados por uma realidade — essa combinação também não é fácil — de participação da sociedade com eficácia.

Temos que ter compromisso com o processo democrático, com o processo participativo, mas também com focar em resultados. Sabemos que há um ambiente propício que, com o correr do tempo, pode correr pelos dedos. Quanto mais se



aproximar a eleição municipal, mais difícil fica fazer a reforma. Então, o ambiente é no primeiro semestre.

Há um outro vetor, o Senado, que não é simples; há o descasamento dos calendários, independente de questão regimental, e pode vir uma proposta do Senado, nós a engavetamos e começamos do zero. Mas cria-se um fato político e, a partir dele, a imprensa vai se pautar pelas diretrizes que vierem a partir da proposta do Senado, que se propôs fazer isso em 45 dias.

Portanto, ditas essas premissas, que revelam que estamos diante de um tema complexo, precisamos combinar a participação social com eficácia. Método é tudo. Se nós acertarmos no método, resolvemos metade dos problemas de conteúdo.

Eu vejo, Presidente, que há três famílias de temas. Há um tema central, onde reside a transformação estrutural mais profunda do sistema político eleitoral, que é o sistema eleitoral em si, que carrega a mudança cultural, a mudança institucional relevante.

Esse tema amarra uma segunda família de temas, que são conexos. Por exemplo, foi levantado por um Deputado a revogabilidade de mandato, o *recall*. Isso só é possível no sistema distrital puro; financiamento público de campanha só é possível no de lista. Então, há uma conexão lógica. Eu estou levantando uma questão processual sem avançar na questão do mérito.

Há uma terceira família de temas, que são temas livres, como o voto facultativo, que o Senado começou a abordar; há questões de calendário, de suplência; temas periféricos que não são conexos com o centro.

Portanto, metodologicamente, nós temos dois caminhos: vamos do centro para a periferia ou da periferia para o centro. O Senado optou por começar comendo pelas bordas para parecer que as coisas não estão paradas, até chegar ao núcleo central, o que é o mais polêmico em todos os partidos, nesta Comissão...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É só para uma informação, eu estou inscrito ali. O Senado já aprovou uma PEC, com o "distritão". Está na Câmara.

O SR. DEPUTADO MARCOS PESTNANA - Sim, mas agora eles estão reinaugurando a discussão.

Eu queria levantar essa questão do método por que o meu receio é o de que a gente trace uma metodologia que não seja eficaz e temas que são dependentes



de outras decisões fiquem sem sentido, ou seja, nós discutimos e não conseguimos cumprir o nosso objetivo maior, que é gerar aqui a melhor reforma política que seja viável.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Sr. Presidente, regimentalmente, esta Comissão foi criada para ter como objetivo a reforma política, que é bem mais ampla do que a reforma eleitoral. Esta Comissão não foi criada para a reforma eleitoral, mas para a reforma política. A reforma política não só envolve o processo eleitoral como a federação, o sistema de governo, o problema da segurança pública, as questões básicas da educação e da saúde, além de outros temas. Eu não vi na lista de V.Exa. outra matéria que não seja matéria eleitoral, a não ser que nós aqui queiramos, por decisão da Casa — e poderemos encaminhar nesse sentido — transformar esta Comissão de reforma política em Comissão de reforma eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu tive a oportunidade, na sessão da última terça-feira, de fazer uma distinção, que pode ser objeto de concordância mas também de discordância, entre a reforma política do Estado, que, salvo engano, é essa que V.Exa. acaba de falar, e a reforma político-eleitoral e partidária.

Na minha avaliação, ambas são reformas políticas. A que V.Exa. se refere refere-se a uma reforma política do Estado em que entraria o tema da federação — se isto é uma federação ou um sistema unitário; o número de Parlamentares — Vereadores, Deputados, Senadores; a existência ou não de suplentes; uma definição das competências da União, dos Estados, dos Municípios, o que pode caracterizar ou não a federação. Pelo que eu entendo, e tenho o ato aqui em mão...

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - A medida provisória também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente, porque diz respeito à competência dos Poderes.



Pelo que eu tenho em mão, fala-se em apresentar propostas em relação à reforma política. Se tivermos que interpretar pelo debate, pelos objetivos, pelos discursos, é a reforma político-eleitoral e partidária. Reforma político-eleitoral e partidária...

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Onde está escrito isso aí, V.Exa. poderia me dizer? Onde está escrito, no requerimento...

Na decisão da criação da Comissão, só se fala em reforma política; não em eleitoral nem partidária. Nós é que estamos dando preeminência à reforma partidário-eleitoral, mas ela não é o único objetivo desta Comissão; ela é parte do objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Embora eu deva dizer que a comunicação que se fez, a troca de informações, aquilo que se faz na mão dupla, no vai e no vem, não apenas no plano do Congresso Nacional, mas da sociedade, da imprensa, trata-se de reforma político-eleitoral e partidária. No entanto, não serei eu a impedir ou castrar a hipótese de uma proposta que seja compreendida mais como de reforma política do Estado.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quanto ao Deputado Marcus Pestana, eu gostaria de dizer o seguinte. Insisto, insisto que há uma preocupação, e respeito, exagerada quanto ao aspecto de o Senado Federal ter também com uma Comissão.

Srs. e Sras. Parlamentares, o Poder Legislativo brasileiro, o Congresso Nacional é bicameral. Eu não sei por que esse estresse que se estabelece pelo fato de a Câmara ter uma Comissão e o Senado, outra.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concederei a palavra. Por gentileza.

Ou seja, não há essa preocupação.

Eu acho que o que nós temos de fazer mesmo é debater. Eu acho que a nossa função nesta Comissão é debater. E debater, em princípio, e é uma opinião de ordem pessoal, sem estar olhando para o relógio. Tanto é verdade que, em coerência com as palavras que digo aqui, fizemos uma reunião na terça-feira, uma



reunião na quarta-feira, uma reunião hoje, quinta-feira e, como terceiro item desta — o primeiro foi o debate do dia de ontem, acerca da discussão às terças-feiras nesta Comissão entre Deputados; o segundo, o debate com a sociedade nas reuniões das quintas-feiras — quero colocar para os senhores e colher as sugestões para a visita desta Comissão aos Estados.

Na audiência que mantive com o Presidente da Casa e com outras lideranças, essa intenção está devidamente ratificada, consolidada. Gostaria de discutir hoje e de receber sugestões de em quais Estados deveremos agendar essas visitas, levando em consideração que a reforma política não é apenas para Deputado e Senador; é para Deputado Estadual, para Vereador, para Prefeito, para Governador, e precisamos dar atenção a todos esses segmentos.

O Deputado Alceu Moreira, embora esteja inscrito...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Queria fazer apenas uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Tenho imenso prazer em ouvir as sábias palavras de V.Exa., mas, por uma questão de método, gostaria que quando os Parlamentares fossem se pronunciando, mesmo que a resposta se fizesse necessária, se possível que se fizesse pelo conjunto. Porque se nós tivermos uma resposta da Presidência a cada manifestação dos Parlamentares, não vamos conseguir progredir na reunião. Não é que não queiramos o esclarecimento, mas, por favor, deixe todos os Deputados se pronunciarem e depois a Mesa responde definitivamente a todos, sob pena de passarmos aqui no monólogo a manhã inteira, conversando, discutindo, respondendo, discutindo, respondendo.

Então, é apenas por uma questão de método. Não tenho nenhuma intolerância com relação a ouvir. É apenas por uma questão de normatizar esse processo de tal maneira que todos...

O que falou o eminente colega Deputado... São temas absolutamente distintos. Reforma política é realmente muito mais ampla. Nós estamos priorizando o sistema eleitoral; priorizando. Porque vamos aprovar a reforma fatiadamente, mas não estamos abrindo mão de outros aspectos da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu uso essa sistemática porque lá fora eu vejo que uma das maiores críticas que o Parlamento recebe é a



desatenção que os Parlamentares têm um com o outro, sobretudo quando um se pronuncia e o outro não dá atenção. E o mais grave ainda é quando um se pronuncia e, após o encerramento da palavra, é como se ele não o tivesse feito.

Tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar a um bom termo. Tenho certeza absoluta, até porque sinto, pelo semblante e participação de todos, a vontade de produzir. Ora, hoje é quinta-feira, não é muito comum isto no Parlamento, mas nós estamos aqui numa sessão de uma Comissão que já realizou, nesta semana, duas outras reuniões.

Com a palavra o nobre Deputado Miro Teixeira, embora queira comunicar ao Plenário que já temos *quorum* para deliberação. Poderia inclusive, se assim desejarem, após a palavra do Deputado Miro Teixeira, suspender as inscrições para a Ordem do Dia e voltar ao debate.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PDT definiu, tanto a bancada quanto a Comissão Executiva Nacional, pela necessidade de um plebiscito ou de um referendo, dependendo da metodologia adotada aqui nos trabalhos, para definição do sistema eleitoral. A nossa percepção é que, em se tratando do mecanismo de escolha dos representantes do povo, quem deve ter a última palavra sobre o processo pelo qual escolherá o seu representante é o próprio povo.

Entendemos nós, do PDT, e não queremos disso fazer a verdade universal, que qualquer outra deliberação ficará sob a desconfiança da população, olhada como algo que serve apenas para preservarmos os nossos mandatos.

Além do mais, entendemos ser essa a maneira mais democrática para os Srs. Deputados e para as Sras. Deputadas terem as suas propostas também examinadas pela população, porque à população iria mais de um modelo, mais de um sistema eleitoral. Se nós aqui, os 40 membros, nos reunirmos hoje para decidir qual é o sistema eleitoral ideal, talvez não consigamos dar a vitória a um sistema com mais de uma terça parte dos votos da Comissão. Aí cairíamos num daqueles paradoxos matemáticos da representação da maioria.

Então, eu devo esta respeitosa comunicação à Comissão de que nos bateremos por um plebiscito ou referendo, dependendo da metodologia que for aplicada. No caso de termos as propostas aprovadas, entrará em vigor aquela que



for referendada pelo povo. No caso de se querer economizar trabalho, poderíamos só ter um índice desses sistemas para submeter em plebiscito ao povo e depois fazer o projeto.

Entendemos nós que esse plebiscito ou referendo deve ser por ocasião da eleição municipal, durante a qual cada partido político teria um tempo próprio de rádio e de televisão para esclarecer a população sobre a sua posição quanto ao sistema e defendê-la. Nós teríamos, então, a possibilidade de garantir que haverá uma decisão, uma deliberação; não suprimiríamos do exame popular quaisquer das modalidades eleitorais mais em voga.

Então, muito bem, que aprovemos aqui o projeto sobre o voto em lista, já que o PT sustenta o voto em lista; há os que, como o PMDB, que dizem que tem de ser o “distritão”; outros querem o distrital misto; outros querem o distrital pura e simplesmente. Por que não fazermos esses projetos e os submetemos ao povo?

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Concedo o aparte.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Nesse referendo, plebiscito ou consulta popular, além da matéria eleitoral, podem constar outros assuntos que estão sendo...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Acredito que não haja nenhum embaraço, porque é atribuição do Congresso Nacional realizar plebiscito.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Sim, mas eu digo outra matéria. Há o problema da federação...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A federação jamais, porque é cláusula pétrea.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Não, não. É sobre a alteração da estrutura da federação para fortalecer mais os Estados, fortalecer mais os Municípios. É nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu sou da geração do “é proibido proibir”, Deputado Bonifácio.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Eu também sou, mas, no caso, não estamos proibindo. Estamos é abrindo ao povo.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso. Eu estou indo ao encontro de V.Exa. Eu acho que é proibido é proibir; debater é ótimo e levar a deliberação ao povo é maravilhoso.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Miro, um aparte. O PMDB não tem posição sobre o “distritão”.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Desculpe...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - O PMDB não tem posição sobre “distritão”; seu Presidente, sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Retifico, então: a Presidência do PMDB exibiu e eu vi uma contestação até de Deputados do sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Ah, bom.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas haverá o momento em que o PMDB poderá ter, no todo ou em parte, uma deliberação, e aí vem outra vantagem do plebiscito, porque poderemos organizar em blocos de participação o apoio a um dos sistemas, como houve no plebiscito, V.Exa. está lembrado, Presidente, sobre parlamentarismo e presidencialismo. De repente, grupos partidários se alinharam com outros grupos partidários, no exercício da liberdade de manifestação do pensamento.

Essa é a comunicação respeitosa que eu faço à Comissão.

Claro que, ao longo do processo, o partido se definirá por um dos sistemas, mas entendemos que devemos respeitar todas as opções partidárias e submetê-las ao povo.

Entendemos que a discussão do financiamento público não está associada exclusivamente a um sistema eleitoral, mas isso é uma discussão de mérito, e eu me curvo à deliberação da Comissão, que coincide com o Eclesiastes: cada angústia ao seu tempo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número para deliberação, eu vou suspender as inscrições...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não quero fazer uma inscrição, Presidente, exatamente. Eu quero fazer uma correção do que foi deliberado na reunião de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor listou três temas. Informou que a reunião de ontem teve três temas — sistema eleitoral, financiamento de campanha e processo eleitoral — e que os demais serão preordenados posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A quais temas V.Exa. se refere?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria acrescentar... V.Exa. citou três temas centrais, blocos. Ontem, eu tinha entendido que nós tínhamos acordado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós havíamos discutido inclusive um tema que foi sugerido pela Deputada Luiza Erundina, e eu me pronunciei, e os demais concordaram, no sentido de que esse item que diz respeito a plebiscito, referendo, consulta popular etc. ficaria exatamente para ser ordenado logo a seguir, e que possivelmente poderia ser um quarto. Mas seriam preordenados três.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tinha entendido que V.Exa. já tinha assimilado que soberania popular, plebiscito, referendo, revogabilidade de mandatos estariam embutidos nos quatro pontos que tínhamos fechado ontem. Eu preferia que essa questão fosse acordada, que a Comissão a assumisse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se seriam preordenadas ou se já estão prontas, eu acho que...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É importante, porque aqui estarão os expositores dos temas. Então, eu pediria a V.Exa. que colocássemos este quarto ponto: soberania popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não tenha dúvida de que esse aspecto foi objeto de discussão e ficou exatamente definido que seria o quarto tema, ou seja, o primeiro do segundo preordenamento.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aí, com a autorização do orador, e, se V.Exa. me permitir, como questão de ordem, porque não é sobre a proposta em si,



mas é que o Deputado citou um componente que me parece muito relevante. Se nós vamos convidar pessoas para falar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem que estar no bloco.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ... é útil que esteja num enunciado, que isso também...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Soberania popular.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ... pode ser objeto do exame dos convidados. Era essa a observação. Concordo com...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que seria produtivo, Presidente, que inseríssemos essa questão como um dos pontos essenciais já do preordenamento, e que os convidados estivessem também nessa lógica imediata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sem oposição, sem oposição da Presidência.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 3ª reunião ordinária, realizada no último dia 15 de março. A Presidência solicita ao Plenário que peça a dispensa da leitura da ata. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, dispensada a leitura, a ata está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje discuti-la, submeto-a à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Comunico que foi recebido o seguinte expediente:

Ofício nº 201, de 2011, do Deputado Onofre Santo Agostini, encaminhando cópia da PEC nº 4, de 2011, de sua autoria, que altera os artigos da Constituição que dispõem sobre o mandato e a posse do Presidente da República, dos Governadores e Prefeitos, para ser examinada pelo Relator, no bojo da reforma política.

Ordem do Dia.

Como já foi dito, a presente reunião foi convocada para a deliberação de requerimentos e definição do roteiro dos trabalhos.



Requerimento nº 1, de 2011, da Sra. Deputada Luiza Erundina, que requer a realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política, com a presença das seguintes autoridades: Maria Francisca Coelho, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília — UnB; Maria Victória Benevides, socióloga, com especialização em Ciência Política e Direito, mestre, doutora e pós-doutorada pela Universidade de São Paulo — USP, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, e Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, sociólogo pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, professor aposentado de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — FFLCH-USP.

Não há discussão.

Para encaminhar, concedo a palavra à autora do requerimento, a nobre Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, esse requerimento e os nomes sugeridos têm por base o conhecimento, o domínio do assunto por parte dessas pessoas, inclusive a contribuição que elas já vêm dando a esta Casa.

Como se sabe, o debate sobre a reforma política vem desde 2002, quando esta Casa criou e concluiu os trabalhos a respeito da reforma política, que produziu uma proposta, relatada pelo Deputado Ronaldo Caiado, a qual só foi a plenário para debate e votação em 2007, e a tentativa de votá-la teve o resultado frustrado. Inclusive, ela havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Então, chegou à condição de ser pautada no plenário, de ser discutida e votada, mas faltaram as condições políticas, naquele momento, para que o debate se fizesse em torno daquela proposta. Mas ela foi resultado de um amplo debate, inclusive em audiências públicas, com várias dessas pessoas que estão indicadas, sugeridas nesses requerimentos.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa avaliação é a de que, dependendo de como V.Exa. e sua equipe, evidentemente com a nossa participação, definirem a posição e o tema que cada uma dessas pessoas vier a abordar, com certeza nós teremos subsídios importantes para nos ajudar nas decisões a respeito daquelas questões



todas que vão ser submetidas à discussão e à votação neste Plenário. Não são pessoas desconhecidas ou que estariam falando do tema pela primeira vez, e com diversidade, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, seja no mundo da academia, seja no mundo da representação social, seja no mundo do debate na área jurídica, na área política, enfim, em vários aspectos que devem ser considerados na discussão dos temas que vão integrar um projeto de reforma política.

Na minha avaliação, são pessoas que têm muito a contribuir, e esta Comissão poderá dispor, sem dúvida nenhuma, de elementos importantes, de conhecimento, para nos ajudar a construir essa proposta tão importante que está sob nossa responsabilidade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Consulto o Plenário se algum dos Srs. Parlamentares deseja se contrapor ao encaminhamento feito pela Deputada Luiza Erundina.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Uma vez que V.Exa. fez uma proposta antes da Ordem do Dia e houve um acordo da Deputada Erundina no sentido de que fossem aprovados os três requerimentos na íntegra, V.Exa. poderia priorizar aqueles quatro nomes que citou e, na sequência, na medida dos debates, fosse chamando... Como houve a concordância da Deputada em relação a essa proposta, eu gostaria de saber se há possibilidade de propor a votação dessa proposta em bloco, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Regimentalmente, requerimento a requerimento. Evidentemente que, no primeiro requerimento, são sugeridos quatro nomes.

Portanto, não havendo Deputado que deseje encaminhar contra a matéria, passamos à votação.

Em votação, o Requerimento nº 1.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da pauta.



Requerimento nº 2, da Sra. Deputada Luiza Erundina, que requer a realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política com Bolívar Lamounier, doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, fundador e primeiro Diretor-Presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo — IDESP; Guacira César de Oliveira, socióloga, diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA, integrante da Articulação das Mulheres Brasileiras; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, e Marilena de Souza Chauí, filósofa, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mestre, doutora e livre docente pela USP.

Para encaminhar, concedo a palavra à autora do requerimento, nobre Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, esse requerimento e a composição de nomes atendem à preocupação de que não só vários segmentos estejam representados na presença dessas pessoas, mas que se levantem aspectos que o debate da reforma política implica.

Por exemplo, ao se propor a participação da Sra. Guacira César de Oliveira, que é socióloga e é diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA, temos a preocupação de que a questão da mulher na reforma política tenha a oportunidade de ser debatida, apreciada e decidida nesta Casa.

Sabe-se da sub-representação das mulheres tanto no Legislativo como nos outros espaços de poder em nosso País. O tema da participação da mulher nos espaços de poder deve ser alvo de reflexão e de avanço ao se pensar o sistema político em nosso País.

Bolívar Lamounier é um cientista político que tem inúmeros trabalhos apresentados sobre o tema e, com certeza, faz todo o sentido que venha trazer a sua contribuição.

A Ordem dos Advogados do Brasil dispensa maiores considerações, porque tem sido uma entidade militante, há muito tempo preocupada, debatendo no seio do seu coletivo a reforma política, e tem todo um pensamento que se sabe sustentado na história e na contribuição que aquele organismo vem dando ao processo político em nosso País.



Finalmente, a professora e filósofa Marilena de Souza Chauí tem inúmeras publicações, é uma militante política também, e tem uma contribuição enorme nesse tema em debate.

Essas são as razões, Sr. Presidente, que nos fizeram sugerir esses nomes nesse Requerimento nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para encaminhar contra, consulto o Plenário se algum Deputado deseja fazê-lo. *(Pausa.)*

Não havendo, submeto o requerimento à votação.

Em votação, o Requerimento nº 2.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 3, 2011, da nobre Deputada Luiza Erundina, que requer a realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política, com a presença das seguintes autoridades; Walter Costa Porto, bacharel em direito e pós-graduado pelo Instituto em Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, ex-chefe do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da UnB, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; Antonio Augusto de Queiroz, jornalista, cientista político, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP; Márton Jacinto Reis, juiz de Direito, membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral — MCCE, palestrante, autor de artigos e publicações na área do Direito Eleitoral, e Dalmo Dallari, jurista formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, professor emérito da Faculdade de Direito da USP, catedrático da UNESCO na cadeira de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância.

Para encaminhar, concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o próprio currículo dessas pessoas já indica a pertinência dessas indicações.

Eu acrescentaria, Sr. Presidente, a presença aqui de figuras, de personalidades, de especialistas e de cientistas de outros Estados, inclusive com a preocupação de garantir que o pensamento sobre a problemática e o debate sobre a reforma também contemplassem aquilo que já se acumulou para dar uma



abrangência e uma legitimidade ao debate. A meu ver, a presença de diferentes pessoas, especialistas e técnicos, de diferentes regiões do País também atende à preocupação esboçada reiteradamente por V.Exa. de que o debate da reforma tivesse, de fato, uma expressão democrática de amplo debate com a sociedade civil, a fim de que se chegue a um resultado que expresse a média do pensamento da sociedade brasileira.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Consulto o Plenário se algum Deputado deseja encaminhar a matéria em sentido contrário. *(Pausa.)*

Não havendo, submeto o requerimento à votação.

Em votação o Requerimento nº 3.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Primeiro, eu queria reconhecer a importância das propostas sobre as pessoas que aqui virão falar nesta Comissão, a partir dos requerimentos da eminente Deputada Luiza Erundina.

A minha preocupação, Sr. Presidente, se dá porque nós temos experiências de audiências públicas em que a grande quantidade de participantes tolhe ou dificulta um debate e uma maior participação da Comissão.

Gostaria de sugerir a possibilidade, dentre esse conjunto de pessoas, que é extremamente importante, afinal todas têm um papel para o debate e para a contribuição, de que nessas audiências limitássemos o número de participantes a talvez 4 membros, no máximo 5, porque, quando se colocam 10, 11 pessoas numa mesa para discutir, nós já temos experiências de que isso termina dispersando o debate, dificultando a própria participação da Comissão, que eu presumo ser a principal autoridade e a torna responsável por isso.

Eu gostaria, então, se fosse possível, nas audiências públicas, que nós reduzíssemos o número de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Fernando Ferro, informo a V.Exa. que essa já foi uma providência, ou seja, o meu pensamento



comunga com o de V.Exa. Já me referi a esse aspecto, no início, e, basicamente, na sessão da própria quinta-feira, teremos, em função dos convites já devidamente explicados, apenas quatro para que o debate seja realmente profícuo. Atendido o pleito de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tenho em mãos uma lista de inscritos, mas gostaria de informar ao Plenário da necessidade da formação de grupos para apresentação dos temas, propostas, da próxima terça-feira. Que grupos, devidamente organizados para defender os temas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, estivessem devidamente organizados, e consensuados entre si aquele ou aqueles que vão fazer uso da palavra.

Essa é uma sistemática aprovada para que não se torne o debate uma babel. Ou seja, há um direcionamento e uma direção. Para cada proposta dentro do tema, aqueles que o forem defender terão o prazo de 25 minutos, sem contestação, sem contraposição, sem debate.

Esclareço: não sei se é necessário ou eu esteja sendo repetitivo — aliás, repetitivo estou sendo, com certeza, mas perdoem-me e permitam-me —, mas trata-se de uma apresentação de cada um dos sistemas. São cinco grupos. Discutam, entre si, os membros da Comissão, entre os partidos. Em determinados partidos não há consenso, a exemplo do PMDB. As pessoas procurem se agrupar e façam a comunicação prévia, até antes da sessão, à Secretaria da Mesa de trabalhos.

Segundo ponto...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, isso é para terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para terça-feira, objeto da decisão de ontem.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Pois é, Sr. Presidente. Foi tomada a decisão ontem e hoje é quinta-feira. Hoje não vamos nem encontrar os Parlamentares desta Comissão para se reunir em grupo. Então, eu acho que não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas houve uma ponderação, em sentido contrário, na reunião de ontem, no sentido de que o debate



só acontecesse desta terça-feira a oito dias. E frise-se: não se trata de debate; trata-se de exposição.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Permita-me, Sr. Presidente. Está faltando um momento da reunião de ontem nessa narrativa.

Ontem, nós decidimos, e houve até um pequeno debate entre dois Parlamentares, um querendo que se entrasse logo nos temas e o outro querendo que se fizesse um índice desses sistemas eleitorais. Quer dizer, um grande painel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Exatamente. O Deputado Carlos Eduardo Cadoca e o Deputado Ronaldo Caiado.

O que está faltando é esse primeiro momento. Eu acho que, na terça-feira, nós podemos discutir a ordenação desse painel de sistemas eleitorais.

Então, quais são os sistemas a que nós vamos nos dedicar no debate? Eu acredito que, daqui para terça-feira, nós não tenhamos condições de, em separado, desenhar esse painel. Mas, na sessão de terça-feira, eu penso que nós já poderemos chegar com uma sugestão e vai ser tudo muito parecido. V.Exa. acabou de descrever quais são os sistemas que estão aí mais referidos, até pelos próprios Parlamentares.

Então, nós poderíamos ter, na terça-feira, a apresentação por V.Exa., isso que V.Exa. já percebeu. Nós vamos discutir: voto em lista, distrital, distrital misto, distrital plurinominal, distrital uninominal. Dessa forma, os grupos poderão se organizar em torno do sistema "a", "b", "c", "d" ou "e".

E para sermos muito precisos, nesse exercício democrático, podemos até sortear a ordem em que serão feitos esses debates temáticos.

Então, essa eleição dos sistemas eleitorais, eleição no sentido amplo da palavra, é que eu acho que nós podemos fazer, na terça-feira, para melhor organizar os trabalhos.

Eu me submeto a outra decisão da Comissão. Mas eu acho que, dessa maneira, nós estaremos sendo mais fiéis ao que se passou ontem, conseguindo dar um método melhor de trabalho.

Obrigado.



O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Para concluir, Sr. Presidente. A Casa tem todas as informações com relação aos sistemas que estamos discutindo aqui. Bem compilados, ponto positivo, ponto negativo, de uma forma neutra, apenas apresentando cada sistema.

Nós tivemos ontem uma reunião do PSC, quando um dos nossos membros apresentou para nós o painel. Por que digo isso? Por exemplo, dentro do PSC não há consenso. Eu defendo uma posição, e o Cadoca outra. E somos do PSC.

Então, ficamos de, na próxima semana, voltar a nos reunir para, se possível, trazermos para esta reunião uma posição do partido.

Penso que na terça-feira, contribuindo com a proposta do Deputado Miro Teixeira, pudéssemos ter aqui, ou da própria Casa ou um Parlamentar que defenda, mas não como defesa, como exposição do painel, o significado de cada sistema. Por exemplo, sistema de lista, como funciona, quais os pontos positivos e os pontos negativos.

Na terça-feira, aí sim, definir quem vai para a ala A, quem vai para a ala B. A partir daí nós nos prepararíamos para defesa da ideia. Assim, creio que nós teríamos um resultado maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edmar Arruda, a decisão de ontem não foi outra; foi exatamente essa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Perdoe-me, mas entendi a explanação do Presidente diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Aliás, proposta pelo Deputado Carlos Eduardo Cadoca. E disse aqui mais hoje: sem debate, sem contraposição. A proposta do Deputado Cadoca, do partido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Só para organizar. Imagino que nós estejamos falando sobre as quatro principais propostas que estão em discussão na Casa. Existem mais. Mas as quatro principais são: o voto distrital clássico, o voto distrital misto, lista fechada e voto majoritário, que seria o distritão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quatro...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - As quatro propostas que eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E a proposta que vigora hoje, V.Exa. exclui?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - É a quinta. Quem dera eu tivesse esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Então são cinco.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não cheguei a tanto. Também não importa se são cinco ou seis.

Apenas quero que na sessão de terça-feira, é essa a condição que quero dar, fiquem ali, perto da lista de presença, esses campos expostos para que os Deputados, quando fizerem suas apresentações, já escolham: "*Quero pertencer a esse grupo*". Eu não os conheço, não sei quem são! Não sei qual é o grupo a que pertenço. Eu tenho uma opinião sobre isso. Gostaria de saber: "*Olha, na lista tal, o voto distrital quem defende?*" Ele faz a decisão: "*Olha, eu gostaria de estar nesse grupo*". "*Eu quero distrital misto*". "*Eu quero a lista fechada*". "*Eu quero majoritário*".

As pessoas vão imediatamente se colocando nos grupos para nós sabermos como nos reunir e fazer esse debate, saber quem vai falar, quem vai defender. Hoje nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. deseja uma atenção de minha parte para lhe dar a informação?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós não estamos excluindo o direito do Parlamentar. Em vez de fazer terça-feira, que faça hoje e comunique à Secretaria.

Ou seja, a sugestão de V.Exa. não anula aquilo que eu disse. A saber, a partir de agora, os temas são cinco, e cada um dos Srs. Parlamentares podem se incorporar a cada um deles.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu não tenho a intenção de anular nada. Só estou dizendo que a maioria dos Deputados não estão aqui e não se inscreverão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É que ontem tivemos uma reunião com representantes dos partidos, e eu tenho certeza de que o representante dos partidos estará comunicando tudo isso aos senhores.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, dentro desses cinco pontos que V.Exa. colocou, dentro desses temas, também há divergências. Eu tenho uma posição dentro do voto distrital misto. O voto distrital misto clássico é aquele em que metade são distritos uninominais e metade seria o chamado voto em lista, mas há teses que defendem um voto distrital misto diferente desse. Por exemplo, poderia ser metade voto distrital uninominal e a outra metade ser um voto proporcional, um voto lista aberta para que não tirasse do eleitor o direito de escolher quem ele quer e quem ele não quer.

Dentro desses sistemas também há variantes de pensamentos. Como V.Exa. pretende dar o espaço para a defesa de pontos variantes dentro desse sistema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esta preocupação de V.Exa. está contemplada, porque teremos na terça-feira — vou usar a expressão — um painel de apresentação de todos eles, mas teremos sessões seguintes para o debate de cada um desses, quando as exceções e ponderações serão devidamente estabelecidas.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Pode-se participar de dois grupos? Por exemplo, sou favorável à lista, mas também acho importante o voto distrital. Eu posso participar do grupo de lista e do grupo de voto distrital?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Olha, nós teremos 25 minutos para a exposição de cada um dos temas. Se não parecer a V.Exa. uma contradição e havendo tempo suficiente em um grupo e no outro, não tenho por que me opor a...



O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Não é contradição, são dúvidas. Dúvidas, Sr. Deputado, a vida pública é cheia de dúvidas. Um quer ver uma coisa, eu quero ver outra.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu posso aumentar a dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas é isto exatamente o que estou exatamente dizendo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu posso aumentar a dúvida? É que uma coisa é a exposição, o Deputado que se inscreveu que vai expor, mas nenhum Deputado está impedido de debater, é outra coisa. São duas coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcus Pestana, V.Exa. percebe que nós não podemos ser tão concisos diante do trabalho que a Comissão do Senado realiza. Estou dizendo a V.Exa...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor levou a ferro e fogo isso, eu não estava preocupado, era um dos pressupostos da minha intervenção. O senhor prestou atenção só num detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) -...por conta daquela preocupação .

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Deputado Edmar, quando falou aqui, eu acho que o painel resolve bem, o problema é só fixar os nomes que vão representar, numa abordagem inicial, cada um desses campos. O que o Deputado Edmar fez em contraposição como alternativa é uma única exposição até certo ponto neutra, até onde é possível ser neutro em um tema tão polêmico, ou de alguém da consultoria técnica que sistematizasse tudo que foi feito ou de alguém que foi Relator. Por exemplo, o Caiado foi Relator, o Flávio Dino não está mais aqui, o Miro, o pessoal mais experiente sabe quem teria boas condições de, dentro de um ambiente de neutralidade, fazer uma exposição do painel de controle.

Outra opção é essa que a Comissão está adotando, que também é eficaz, é só afunilar para os nomes, que seria um painel com cada sistema sendo defendido por um Parlamentar. Eu queria esse esclarecimento, mas o Deputado Edmar disse que o painel atende bem, a minha questão foi anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ótimo! Superado este aspecto, eu desejo sugerir ao Plenário que encaminhe à Presidência ou à



Secretaria, dentro daquela tese de debates fora de Brasília. Estou mantendo contato com as entidades dos Deputados Estaduais, dos Municípios, Prefeitos, Vereadores, para que cada Estado, Capital de cada uma das cinco regiões, possa sediar o debate.

Eu gostaria de receber sugestões para que possamos, dentro de um consenso, definido o Estado, manter os entendimentos, conversar com a Presidência, criar as condições e estabelecer a organização, e que a Comissão possa, tudo isso de forma paralela, sem a interrupção dos trabalhos das terças e das quintas.

Digo isso porque alguns são favoráveis e outros contrários, porque aí vai se tomar muito tempo. Ou seja, a alegação de quem é contrário não se justifica porque nós faremos isso às sextas, aos sábados ou às segundas-feiras. Estamos dispostos a trabalhar os 7 dias da semana. Precisamos dar uma resposta à sociedade brasileira.

Vejo que a Deputada Luiza Erundina se manifesta para fazer uso da palavra, portanto, concedo a S.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, entendo que este debate é importante, mas parece-me que o objeto desta reunião hoje se centraria em outros assuntos, embora acho que devemos dar plena condição de se debater o que bem entender. Só quero sugerir e propor a V.Exa. que possamos concluir a votação dos requerimentos, porque inclusive começou a Ordem do Dia no Plenário, e estão nos chamando lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo informar a V.Exa. que foram pautados para deliberação na sessão de hoje os três requerimentos. Há um quarto que deverá ser pautado para a sessão seguinte de deliberações.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Só foram pautados para esta sessão três requerimentos. Os demais requerimentos serão pautados para deliberação em sessões seguintes. A Ordem do Dia foi iniciada no Plenário, mas há oradores inscritos.

Pergunto se alguém do Plenário deseja fazer uso da palavra. Caso contrário, encerraremos a sessão.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Presidente, vou ao plenário, porque esta Comissão inteira levou falta um dia porque não estava lá. Com a sua licença, vou para lá.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Íris de Araújo.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro do que foi apresentado, que ouvi desde o início, gostaria de fazer uma observação que acho importante.

Primeiro, quando o nosso Presidente pede sugestões de Estados que poderiam sediar logicamente o debate, levando para o público, inclusive, que considero que deveriam ser sessões abertas ao público, para que ele pudesse opinar, participar, dizer aquilo que ele pensa,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - ... a reforma política, para mim, hoje, está sendo um dos passos mais importantes em que este Congresso está avançando, mas temos que levar em consideração que não pode prevalecer apenas o nosso pensamento, o pensamento dos Parlamentares, apesar de sermos nós os representantes daqueles lá de fora. Nós temos que entender que há uma insatisfação muito grande em relação ao sistema político vigente.

Ao pautar essas reuniões fora daqui, Sr. Presidente, considero importante. Gostaria inclusive de me juntar ao Deputado Rubens Otoni, para que pudéssemos receber em Goiás esta Comissão. Eu já ofereço aqui o Estado de Goiás até pela proximidade, para que possamos fazer essa discussão lá fora.

Gostaria de observar também nomes que estão sendo apresentados através dos requerimentos, além desses todos que estão sendo apresentados, pessoas que entendem do processo político, pessoas do povo, segmentos organizados, representativos, que também fazem parte dessa sociedade, que mais do que nunca está sugerindo e pedindo a aprovação de uma reforma que venha ao encontro do pensamento popular.

É essa observação que eu gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente, para consideração dos outros Deputados, que já estão inclusive se retirando.

Muito obrigada.



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de conceder a palavra a V.Exa., e o farei logo a seguir, quero agradecer à Deputada Íris de Araújo, inclusive já sugerindo para a Região do Centro-Oeste o Estado de Goiás. Terei imenso prazer em estar lá, presidindo com V.Exas. esta sessão pública em Goiânia.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, a inclusão de Mato Grosso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós temos aqui o Deputado Valtenir Pereira e, logo depois, o Deputado Sandro Alex, e o Deputado Edmar Arruda também.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, quero parabenizar a todos pela dedicação e os trabalhos que estão sendo realizados. Tenho certeza de que esta Casa vai poder dar resposta à altura do anseio da população brasileira, que é de um sistema político-eleitoral e partidário que venha radicalizar a nossa democracia, que é jovem, mas vem cada vez mais marcando pontos positivos.

Eu quero aqui deixar registrado que, no dia 21 de março, na próxima segunda-feira, às 19 horas, na sede da Ordem dos Advogados, Seccional de Mato Grosso, nós vamos estar recebendo a Deputada Luiza Erundina e também o Juiz Marlon Reis, numa audiência pública em que eu, na condição de Deputado Federal indicado pelo PSB para compor esta Comissão Especial, juntamente com o Senador de Mato Grosso, Dr. Pedro Taques, a OAB, o Poder Judiciário de Mato Grosso e o Tribunal Regional Eleitoral, estaremos fazendo esse debate naquele Estado junto com a sociedade organizada. E nós não vamos parar por aí, Sr. Presidente. Nós já temos para o dia 24 de março, na outra quinta-feira da mesma semana, o Senador Lindberg Farias, que também vai estar presente no Estado de Mato Grosso fazendo o debate da reforma política, eleitoral e partidária. Vai ser de extrema importância este debate. E aí eu coloco o Estado de Mato Grosso para também sediar esta Comissão, com o seu Presidente, em Cuiabá. Estarei à disposição para construir esta alternativa também, para que a sociedade de Mato Grosso possa dar sua



contribuição, suas sugestões, para que possamos realizar uma grande reforma à altura do povo brasileiro.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Valtenir Pereira, se eu entendi, V.Exa. coloca à disposição a cidade de...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Cuiabá, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... Cuiabá. A temperatura lá como é que está?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Boa, em torno de 28 a 32 graus. (Risos.) Muito quente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero registrar, hoje, na nossa reunião, que o Partido Popular Socialista — PPS esta semana reuniu a bancada e fechou questão em alguns assuntos importantes da reforma política e, na próxima semana, estaremos reunindo a Executiva Nacional, para que possamos apresentar à sociedade brasileira as definições já estabelecidas tanto pela bancada federal quanto também do nosso Senador Itamar Franco. Uma das questões já fechadas pelo partido é o fim da reeleição. Até pelo princípio democrático, um dos pilares da democracia é a alternância de poderes. Estaremos apresentando à sociedade na próxima semana.

O partido também quer ouvir a população, os segmentos representativos, tanto que já deixo a V.Exa. a sugestão da Capital paranaense, a cidade de Curitiba, no Sul do Brasil, para que lá possamos também fazer audiência pública, representando os Estados do Sul.

Sr. Presidente, eu protocolei, nesta manhã, na Comissão Especial da Reforma Política, dois requerimentos, que eu gostaria que V.Exa. colocasse em discussão na próxima reunião, convidando os dois ex-Presidentes da República, os Srs. Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, para que possam dar a sua contribuição, até porque eles representaram e representam a vontade de milhões de brasileiros, enfrentaram as dificuldades e os problemas do sistema político-eleitoral, e também, por uma questão de igualdade, os demais ex-



Presidentes, de uma forma ou de outra, participam dessa discussão, que são os Senadores José Sarney, Itamar Franco e Fernando Collor. Os dois já demonstraram a sua disposição em contribuir com o processo democrático brasileiro. No final de 2010, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que estaria disposto a trabalhar para que a reforma política fosse votada no Congresso, no novo Governo, ainda este ano. E o ex-Presidente Lula, na comemoração dos 31 anos do Partido dos Trabalhadores, agora, no mês de fevereiro, assegurou estar à disposição para contribuir com o debate da reforma política, que se tem revelado um anseio da população brasileira.

Então, eu gostaria que isso fosse colocado em discussão e votação aqui na Comissão, para que possamos fazer o convite a essas duas figuras, que ainda não estão participando de forma direta, e eles podem dar a sua contribuição. Esta é a Casa que faz a vontade dos brasileiros, e é de extrema importância que eles também possam dar a sua contribuição, até porque já viveram esse sistema e podem ajudar no encaminhamento dos trabalhos.

Peço, portanto, que V.Exa. coloque o convite em apreciação na nossa próxima reunião. O PPS segue unido. A bancada esteve reunida esta semana e apresenta à sociedade um plano elaborado para que possamos ter essa reforma tão almejada pela sociedade. O partido vai levantar a bandeira de ser reformista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sandro Alex, V.Exa. sugeriu a cidade de Curitiba,...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - No Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...na Região Sul do Brasil.

Os requerimentos formulados por V.Exa. serão devidamente apreciados.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, vou ser breve, porque estão me cobrando para estar presente no plenário.

Eu ia sugerir a indicação da Capital do Paraná. Então, eu apoio a indicação do nosso colega Deputado Sandro Alex, colocando o PSC, que tem três Deputados



Estaduais no Paraná, à disposição, para ajudar na organização. Deputado Sandro Alex, poderemos estar somando lá com os outros partidos.

Uma vez vencida a proposta, Sr. Presidente, apesar de eu ter defendido contrário a essas visitas, estou à disposição para contribuir no meu Estado. Curitiba, no Paraná, ficará muito bom para atender Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eu penso que é estratégico. Então, conte conosco lá.

Eu ia falar sobre um assunto que vou deixar para a próxima reunião. Eu tenho ouvido aqui na Comissão, Sr. Presidente, que precisamos fazer a reforma política, porque a sociedade quer reforma política. Na verdade, eu acho que está havendo um equívoco. Quem está precisando da reforma política são os partidos e os Parlamentares. O que a sociedade quer são políticos que possam representá-los com dignidade.

Então, eu quero deixar esse assunto para reflexão, porque a sociedade quer que apresentemos um sistema pelo qual possamos oferecer à sociedade a possibilidade de eleger homens e mulheres que a representem com dignidade. Eu não vejo na sociedade críticas ao sistema político. Eu vejo na sociedade críticas aos políticos. Se eu estiver enganado, depois discutiremos isso numa próxima oportunidade.

Compete, sim, nós fazermos os debates. Essas visitas serão importantes, mas o mais importante será a mobilização de cada partido na sua base, pegando os Vereadores, os Deputados Estaduais, os Presidentes de partido, tirando uma posição com relação ao sistema. A partir do momento em que apresentemos as propostas à nossa base partidária, vamos poder trazer para a Comissão um posicionamento desta nossa base. Com isso, se todos os partidos assim o fizerem, vamos ter uma visão muito clara daquilo que a sociedade quer através dos seus representantes, já que nós, hoje, vivemos num país onde nós somos os representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao nobre Deputado, inclusive pela ratificação do oferecimento da cidade de Curitiba para sediar o encontro na Região Sul. É evidente que, não como Presidente, mas como integrante desta Comissão, eu tenho um pensamento divergente e, no momento



oportuno, iremos estabelecer o debate, que, sem dúvida, será salutar para todos nós.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o próximo dia 22 de março, às 14 horas, em plenário a ser definido.

Declaro encerrada a reunião.